



---

**[Recensão a] IMÍZCOZ BEUNZA, José María e ARTOLA RENEDO, Andoni (2016). Patronazgo y clientelismo en la monarquía hispánica (siglos XVI-XIX).**

**Autor(es):** Mata, Cristóvão  
**Publicado por:** Imprensa da Universidade de Coimbra  
**URL persistente:** URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/44949>  
**DOI:** DOI:[https://doi.org/10.14195/1645-2259\\_18\\_24](https://doi.org/10.14195/1645-2259_18_24)  
**Accessed :** 2-Jan-2019 14:57:19

---

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.



18

2018

Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

**IMÍZCOZ BEUNZA, José María e ARTOLA RENEDO, Andoni (2016). *Patronazgo y clientelismo en la monarquía hispánica (siglos XVI-XIX)*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 430 pp., ISBN: 978-84-9082-301-9.**

As relações de patrocínio e clientelismo no espaço da Monarquia Hispânica, durante um período compreendido entre os séculos XVI e XIX, constituem o tema central desta obra coletiva coordenada por José María Imízcoz Beunza e Andoni Artola Renedo. Na sua introdução é explicado que estas consistem em vínculos informais estabelecidos entre indivíduos economicamente desiguais, com o intuito de se firmarem lealdades políticas: as mercês concedidas são outorgadas em satisfação de serviços recebidos ou futuros, conseguindo-se com esta prática o estabelecimento de estruturas de domínio compostas por gente de confiança e o apaziguamento de potenciais tensões decorrentes de uma sociedade profundamente desigual.

Esta obra realiza um exercício bastante interessante na medida em que sintetiza os principais aspetos das relações de patrocínio e do modelo de exercício do poder político assente em redes de solidariedade pessoal, aos quais recorreram diversas entidades. Por este motivo, tem o mérito de a sua abordagem não se limitar à prática de dispensa de mercês pela monarquia, optando por apresentar a vasta panóplia de polos de poder que se afirmaram, na Época Moderna, como centros de redistribuição de recursos económicos e de recrutamento de servidores. Conforme afirmaram os coordenadores, os espaços de atuação da multiplicidade de agentes que dispunham dos recursos necessários à promoção de políticas de patrocínio e ao estabelecimento de clientelas não eram estanques, comunicando entre si contextos tão diferentes como a corte régia, as casas senhoriais, as instituições religiosas e a administração do Império de Habsburgo.

Composta por três capítulos e intitulada *Cuestiones generales*, a primeira parte do livro considera alguns aspetos mais genéricos do patrocínio e do clientelismo no contexto da Monarquia Hispânica. José María Imízcoz Beunza coloca a tónica no carácter declinatório das desigualdades sociais que caracteriza estas práticas paternalistas e na forma como estas constituíram uma alternativa à afirmação do poder por via da força. Por sua vez, Jean Pierre Dedieu ocupa-se do recurso a este expediente por parte das monarquias, que progressivamente se foram assumindo como a principal fonte de distribuição de mercês. Finalmente, Pilar Ponce Leiva aborda a sua aplicação nas colónias espanholas no continente americano segundo o modelo existente na Península Ibérica.

*El patronazgo de los poderosos: señores, obispos, notables locales* é o título

da segunda parte, que trata do recurso a estas práticas por parte de entidades dotadas de poderes jurisdicionais ou de outra natureza. Seguindo a linha de investigação de que se têm ocupado nas últimas décadas, Adolfo Carrasco Martínez e Luis Salas Almela abordam os mecanismos que permitiram às casas senhoriais aristocráticas administrarem os seus vastos e longínquos senhorios, sintetizando o primeiro autor a importância das clientelas da nobreza da seguinte forma: «Lo clientelar es, en realidad, el modo en que se ejerce el poder señorial, el modo en que se verifican las competencias señoriales y la organización de la casa e de la gestión del señorío» (p. 85). Ángela Atienza López debruça-se sobre uma questão mais específica, nomeadamente o investimento efetuado pela nobreza em conventos e de que forma esta dispensa de proteção podia ser utilizada. As entidades eclesíásticas são abordadas no quarto capítulo, mas a partir de perspetiva diferente: Antonio Irigoyen López analisa o papel dos bispos enquanto donatários e, simultaneamente, outorgantes de mercês, enquanto Julen Zorrozuza Santisteban estuda o mecenato artístico promovido, no século XVIII, na província de Biscaia por parte das elites locais que, individual ou coletivamente (paróquias, municípios e outras instituições), visaram obter reconhecimento social.

A terceira parte intitula-se *Patronazgo regio y gobierno imperial en la Monarquía de los Austrias* e analisa o patrocínio régio enquanto forma de governo em diversos espaços. Máximo Diago Hernando destaca a importância destes vínculos formados entre os reis de Castela e as oligarquias urbanas do mesmo reino no contexto da governação municipal dos espaços de jurisdição régia nos séculos XV e XVI. Raimundo Rodríguez Pérez retoma a questão do patrocínio aristocrático, escrevendo sobre o investimento material e cultural desenvolvido pelos marqueses de los Vélez nos reinos de Múrcia e Granada entre os séculos XV e XVIII. O recurso ao patrocínio como forma de integração de territórios, por via da persuasão, constitui a problemática estudada por Séverin Duc e José Eloy Hortal Muñoz, nos capítulos referentes ao ducado de Milão e aos Países Baixos. A abordagem efetuada por Arrigo Amadori ao governo dos vice-reinos americanos, durante o valimento do conde-duque de Olivares, segue a mesma linha, mas tem a particularidade de considerar a concessão de mercês como um mecanismo de criação de uma facção favorável à governação de D. Gaspar de Guzmán.

Os quatro artigos finais reportam-se unicamente aos séculos XVIII e XIX e reúnem-se sob o título de *Patronazgo e absolutismo. De la consolidación a la crisis del sistema*. Não obstante a qualidade dos seus trabalhos, é nesta parte que consideramos poderem levantar-se algumas questões. Em primeiro lugar, denota uma certa incoerência relativamente aos restantes capítulos, pelo me-

nos parcialmente. A abordagem de Javier Sánchez Márquez à embaixada do príncipe de Campoflorido a França, no âmbito da qual foi negociado com o valido de Luís XV, o cardeal de Fleury, o segundo Pacto de Família, considera a importância das redes de solidariedade em que o embaixador se suportou e o papel da *dádiva* enquanto mecanismo utilizado para conquistar a atenção do cardeal. Todavia, dificilmente se pode considerar que estes expedientes corresponderam a relações clientelares ou de patrocínio, pelo menos no sentido que lhes é atribuído na introdução do livro.

O título sugere ainda que a última parte se ocupa do crepúsculo destas práticas de governança. Os derradeiros capítulos analisam, efetivamente, as relações de patrocínio e clientelismo e o seu falhanço; porém, o insucesso verificado mais parece corresponder a episódios pontuais do que à falência de um modo de exercer o poder. Cristina González Caizán estuda a façanha do marquês de Ensenada e a formação da mesma em torno de um objetivo político concreto, no reinado de Fernando VI, bem como a sua queda em desgraça, reconstituindo os percursos individuais de alguns dos seus colaboradores. Antonio Calvo e Manuel Amador observam o reinado de Carlos IV e a proteção política dispensada pelo monarca às principais figuras de que se rodeou, considerando que aquele período não constituiu nenhum «momento de transición histórica» (p. 407). O último capítulo, de Andoni Artola Renedo, recupera a questão da falência, no século XIX, do modelo de criação de grupos de apoio político mediante o recurso ao patrocínio régio, nomeadamente a tentativa de criação de uma elite eclesiástica – todavia, frustrada em virtude de fatores conjunturais.

Estas duas últimas observações não afetam o relevante interesse dos artigos em causa, nem retiram merecimento algum ao livro. A abrangência temática do conjunto dos capítulos e a articulação entre os diversos espaços sociais, que se demonstra cabalmente ao longo das suas páginas, constituem méritos incontornáveis. Além de que esta obra aprofunda detalhadamente o estudo dos mecanismos informais de exercício de poder político assentes em relações pessoais, numa perspetiva policêntrica e sem incorrer no erro de se focar unicamente no poder monárquico. Este livro e a metodologia em que assenta correspondem, pois, a um exercício historiográfico muito pertinente, que deveria ser aplicado ao caso português.

CRISTÓVÃO MATA  
CHSC – U. Coimbra  
cristovaomat@hotmail.com